

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Escola de enfermagem**

LAYLA DUTRA MARINHO CABRAL

**INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO SUPERIOR:  
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Campos Gerais

2015

LAYLA DUTRA MARINHO CABRAL

**INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO SUPERIOR:  
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Especialização em formação pedagógica para profissionais de saúde - CEFPEPS-, da Escola de enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, pólo Campos Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Carla Lúcia Goulart Constant  
Alcoforado

Campos Gerais

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

CABRAL, LAYLA DUTRA MARINHO

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO SUPERIOR:  
UMA REVISÃO INTEGRATIVA [manuscrito] / LAYLA DUTRA  
MARINHO CABRAL. - 2015.

29 f.

Orientador: Carla Lúcia Goulart Constant Alcoforado.

Monografia apresentada ao curso de Especialização em  
Formação de Educadores em Saúde - Universidade Federal de  
Minas Gerais, Escola de Enfermagem, para obtenção do título de  
Especialista em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde

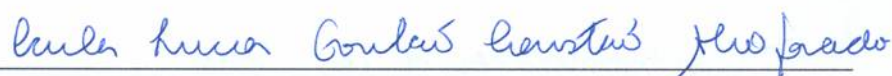
1. Deficiência. 2. Educação especial. 3. Inclusão educacional.  
4. Ensino superior. I. Alcoforado, Carla Lúcia Goulart Constant.  
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem.  
III. Título.

Layla Dutra Marinho Cabral

**INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO ENSINO SUPERIOR: UMA REVISÃO  
INTEGRATIVA**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização de Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Certificado de Especialista.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Carla Lúcia Goulart Constant Alcoforado (orientadora)



Prof. Walter Batista Cicarini

Data de aprovação: **03/07/2015**

## RESUMO

É crescente o número de alunos com necessidades especiais por deficiência que almeja e chega ao ensino superior, inclusive em cursos da área de saúde , em que esse tipo de alunado é menos frequente. A inclusão implica na aplicação e disposição de respostas educativas que permitam a adequação de conteúdos e estratégias pedagógicas, eliminação de obstáculos relacionados ao espaço físico e também às atitudes da comunidade educativa visando garantia de acesso às mesmas oportunidades de crescimento aos alunos, independentemente das diversidades. Corroborando com isso, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a avaliar os cursos superiores abrangendo a infraestrutura física e pedagógica oferecida às pessoas com deficiências. É imprescindível que estudos acerca da inclusão de deficientes em cursos superiores sejam feitos a fim de identificar dificuldades para garantir a inclusão deste tipo de alunado. A presente revisão integrativa indicou três eixos principais de discussão de acordo com os artigos estudados. Discorrendo a respeito da modificação do espaço físico e a situação das universidades em relação às adaptações e carências dos alunos com necessidades educacionais especiais viu-se que sobretudo devido à exigência do MEC, as universidades vêm se adaptando tanto em relação à infraestrutura quanto à estratégias pedagógicas, entretanto ainda há muito a ser feito para que a inclusão ocorra de fato. Observou-se ainda que em relação à inclusão da disciplina de LIBRAS pouco se tem feito devido a carência de profissionais habilitados , o que acaba por formar profissionais incapazes de lidar com a comunidade surda além de dificultar o acolhimento desta população na universidade. Sendo assim, é possível perceber que embora o alunado especial tenha direito a uma educação de qualidade, muitas mudanças ainda são necessárias a fim de garantir a inclusão dos mesmos nas universidades e promover o rompimento das barreiras psicologicamente impostas pela sociedade estigmatizadora e segregadora.

Palavras-chave: Deficiência. Educação especial. Inclusão educacional. Ensino superior.

## ABSTRACT

The number of students with special needs per disability which aims and comes to higher education, including healthcare courses, where this type of student is less common is growing. The inclusion implies the application and provision of educational responses that allow the suitability of content and teaching strategies, elimination of related barriers to physical space and also the attitudes of the educational community aimed at ensuring access to the same growth opportunities to students, regardless of differences. Corroborating this, the Ministry of Education and Culture (MEC) start to assess the degree courses covering the physical and educational infrastructure offered to people with disabilities. It is imperative that studies on the inclusion of disabled people in higher education are made to identify difficulties to ensure the inclusion of such students. This integrative review indicated three main areas of discussion in accordance with the articles studied. Discoursing about the modification of the physical space and the situation of the universities regarding the adjustments and the needs of students with special educational necessities it was seen that mainly due to the MEC requirement, universities are adapting both in terms of infrastructure as the teaching strategies, though much remains to be done so that the inclusion does occur. It was also noted that in relation to the inclusion of LBS discipline little has been done due to lack of qualified professionals, which turns out to train professionals unable to cope with the deaf community and hinder the reception of this population at the university. So we can see that although the special students are supposed to have entitled to a quality education, many changes are still needed in order to ensure their inclusion in universities and promote the breakdown of barriers psychologically imposed by stigmatizing and segregating society.

Keywords: Disabilities. Special education. Educational inclusion. High education.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>08</b>
<b>3 OBJETIVO.....</b>	<b>09</b>
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>10</b>
<b>5 RESULTADOS .....</b>	<b>14</b>
<b>6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS .....</b>	<b>16</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É crescente o número de alunos com necessidades especiais por deficiência que almeja e chega ao ensino superior, inclusive em cursos da área de saúde, que além de abrangerem grande carga teórica, são marcados pela dimensão de domínio das habilidades técnicas que, de acordo com os estereótipos impostos pela sociedade, pode ser incompatível com algumas condições deste tipo de alunado.

São classificados como deficientes aqueles com algum tipo de alteração em pelo menos um segmento motor, sensorial, mental ou múltiplo. A deficiência, para a OMS (Organização Mundial de Saúde), é toda perda ou anormalidade de uma ou mais estruturas do corpo, ou de sua fisiologia, inclusive as mentais (HONORA; FRIZANCO, 2008). Aqueles com necessidades educacionais especiais se relacionam aos portadores de diferenças determinadas (ou não), por deficiências, limitações, condições e/ou disfunções no processo de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A integração escolar desses alunos teve início na década de setenta, mas não cumpriu seus objetivos. Sendo assim, sofreu constantes críticas. Já na década de 80 surgiu um novo movimento que traz como ideia a educação inclusiva, no qual todos, e principalmente a escola, são responsáveis pela garantia de acesso às mesmas oportunidades de crescimento pessoal e profissional aos alunos, independentemente das diversidades. Este plano educacional foi consolidado na década de noventa, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e da Declaração de Salamanca – Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Este documento reafirma o compromisso de garantir a educação para todos, pois reconhece a necessidade de educar dentro do sistema regular de ensino alunos com necessidades educacionais especiais. Para tanto, torna-se necessário presença de sala de apoio e profissionais especializados para a educação (FÁVERO; PANJOTA; MANTOAN, 2007; HONORA; FRIZANCO, 2008).

Por muito tempo, esses alunos foram considerados indivíduos à margem dos grupos sociais, mas na medida em que os direitos do homem à igualdade e à cidadania tornaram-se motivo de preocupação, algumas mudanças começaram a emergir (PACHECO, COSTA, 2005).

A inclusão escolar conquistada na educação infantil e na educação básica, não deve sofrer um processo de interrupção, quando estes alunos chegam à fase de ingresso no ensino superior, para que assim a inclusão seja consolidada em todas as dimensões do ensino. (BISOL, VALENTINI, SIMIONI, ZANCHIN)

Desde o ano 2000, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a avaliar os cursos superiores abrangendo a infraestrutura física e pedagógica oferecida às pessoas com deficiências, o que colabora para a maior acessibilidade. O acolhimento institucional ao aluno com deficiência não favorece somente a inclusão, mas, sobretudo permite a integração e a humanização do processo de ensino e aprendizagem de maneira mais abrangente, garantindo ao alunado deficiente o direito à cidadania e às condições necessárias para que possam receber educação adequada (BRASIL, 1994, 1996).

Para a formulação do currículo que abrange alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE- e, deve-se compreender que este reúne conteúdos teóricos e práticos que são selecionados e organizados e deve desenvolver habilidades e competências intelectuais e profissionais nos alunos. O currículo deve desenvolver estas atividades de tal forma que promova e estimule a autonomia dos discentes para além da instituição, atendendo às demandas e necessidades prevalentes no processo saúde/ doença do cidadão, da família e da comunidade. (SACRISTÁN, 2000).

De acordo com Ferreira (2007), a inclusão implica na aplicação e disposição de respostas educativas que permitam a adequação dos conteúdos e das estratégias pedagógicas, a eliminação de obstáculos relacionados ao espaço físico e também relacionados às atitudes da comunidade educativa, principalmente dos profissionais capacitados para a formação acadêmica. Esta constitui aspectos positivos para todos que participam do processo onde os alunos com necessidades educacionais especiais têm a oportunidade de aprender, minimizando qualquer efeito negativo que uma educação segregadora possa ter lhe causado.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A fim de obter condições para uma futura atividade laboral de forma atuante na sociedade, é imprescindível que estudos acerca da inclusão de deficientes auditivos, visuais, físicos ou múltiplos em cursos superiores sejam realizados.

Diversos pesquisadores (PACHECO; COSTAS, 2006; FERREIRA, 2007; RAMALHO; CARNEIRO, 2008) incentivam este tipo de pesquisa quando constatam que o acesso e a permanência desse tipo de alunado é mais frequente em IES em cursos da área de educação, de humanidades e de ciências sociais aplicadas, do que em cursos das áreas de ciências biológicas e da saúde.

Sendo assim, faz-se necessária a realização desta revisão integrativa de literatura visando a analisar o material teórico-científico acerca da inclusão de alunos deficientes no ensino superior.

### **3 OBJETIVO**

Analisar produções científicas disponíveis no banco de dados eletrônico a ser utilizado para a realização de revisão integrativa acerca da inclusão de deficientes no ensino superior, dando maior enfoque aos cursos da área da saúde.

## 4 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa acerca de artigos que abordam os temas de inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, publicados no período 2010 a 2014.

Sabe-se que este tipo de revisão procura identificar e sintetizar o resultado de pesquisas sobre a temática em questão, de maneira ordenada e sistemática, possibilitando a reunião de múltiplos estudos publicados e favorecendo conclusões gerais (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008), na qual incluem-se as seguintes etapas:

- I. Estabelecimento do objetivo da pesquisa;
- II. Delimitação dos critérios de inclusão e exclusão das publicações;
- III. Revisão eletrônica via bases de dados
- IV. Análise e discussão dos estudos incluídos na revisão;
- V. Relatório da revisão.

A fim de identificar, através de trabalhos científicos, como se dá a inclusão de deficientes no ensino superior, principalmente em cursos da área da saúde, optou-se por fazer uma revisão integrativa de artigos do período de 2010 a 2014.

A revisão integrativa é um dos métodos de pesquisa que permitem a incorporação de evidências na prática clínica, aplicada nos cursos de saúde. Através deste método pode-se reunir e sintetizar resultados de pesquisa sobre um determinado tema, de maneira ordenada e sistemática. Este método de pesquisa é utilizado e relatado na literatura desde 1980.

Este método inclui a análise de pesquisas que possuem determinado nível de relevância e que contribuem para a melhoria da prática clínica. Análogo a isso pretende-se que as mesmas envolvam a inclusão de pessoas com deficiência, e possam contribuir para uma melhor formação e preparo, bem como possibilitem o surgimento de condições para o desenvolvimento deste grupo de pessoas. A revisão integrativa permite, ainda, que o conhecimento de um determinado assunto possa ser sintetizado e que as

brechas de conhecimentos que ainda não foram preenchidas possam ser melhor estudadas e desenvolvidas (POLIT E BECK, 2006).

Esta técnica de pesquisa permite que sejam sintetizados diversos estudos publicados, e possibilita que sejam feitas conclusões gerais de determinada área de estudo. É um método importante para a área da saúde, pois facilita o acesso a um maior número de publicações científicas, de forma resumida e analisada em um único trabalho.

A elaboração de uma revisão integrativa deve ser metodológica, e inclui etapas que devem ser seguidas para um resultado fiel à pesquisa. Em um primeiro momento, determina-se o objetivo, e formula-se questões a serem respondidas (ou hipóteses), e busca-se coletar um máximo de pesquisas relevantes dentro do tema escolhido. Os dados são coletados e analisados de maneira sistemática. E, por último, são interpretados, sintetizados e formulam-se conclusões a partir dos vários estudos analisados (ARMSTRONG e BORTZ, 2001).

Portanto, a revisão integrativa da literatura baseia-se na construção de uma análise ampla da literatura, proporcionando reflexões à cerca do tema, e contribuindo para uma melhoria de técnicas e métodos utilizados atualmente, tendo como propósito obter um profundo conhecimento e entendimento de determinada situação. Assim, para que possam desenvolver questões pertinentes à inclusão educacional de pessoas com deficiência e/ou alunos com necessidades educacionais especiais, precisa-se caracterizar este público específico.

Foi utilizado como banco de dados a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), por ser considerada referência na produção de conhecimento na área da saúde e educação, além de ter ampla abrangência. Como base de dados adotou-se Literatura Latino – Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS, Sistema Online de Busca e Análise de Literatura - MEDLINE, Cochrane Database of Systematic Reviews - CDSR, Base de Dados em Enfermagem - BDEF e Instituto Brasileiro de Ensino em Ciências da Saúde - IBECS.

A coleta de dados aconteceu no período de dezembro de 2014 a abril de 2015; foram utilizados como critérios de inclusão artigos disponibilizados na íntegra nas bases de dados escolhidas, publicados de 2010 a 2014 e escritos em língua portuguesa (Brasil), pois procurou-se verificar a realidade do país

quanto a este assunto, buscando em artigos nacionais as atualizações. Como o tema de pesquisa apresenta um assunto que começou a ser discutido recentemente, o período anterior ao escolhido não possui um volume de artigos que abordam a inclusão de alunos portadores de deficiência, quantitativamente significativo. Como critério de exclusão, por sua vez, não foram analisados trabalhos que não fossem apresentados na íntegra e que não cumprissem os requisitos estipulados anteriormente.

Foram definidos os descritores de busca partindo do *DeCS(Descritores em Ciências da Saúde)*, a partir da integração dos descritores (DeCS): pessoas com deficiências, educação especial. Como ferramentas para a pesquisa e busca de artigos foram utilizadas palavras chave como: deficiência e educação especial, deficiência e inclusão educacional, inclusão no ensino superior, alunos com deficiência e universidades.

A coleta de material aconteceu por consulta eletrônica, sendo que após exclusão dos estudos que não se adequavam à proposta de trabalho formou-se a amostra final, composta de 07 artigos, que foram lidos na íntegra para realização desta revisão, apresentados na tabela 1. Os trabalhos excluídos não continham informação relevante ao tema Educação Inclusiva no Ensino Superior e optou-se por utilizar artigos que tratassem a inclusão no sentido de formação de profissionais e facilidades de acesso.

Artigo	Revista
A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia no estado da Paraíba, Brasil.	Comunicação, Saúde e Educação
Educação inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes.	Revista Escola Enfermagem USP
Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão.	Cadernos de Pesquisa
Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior.	Revista Brasileira de Educação Especial
Inclusão no ensino superior: percepções de professores em uma universidade portuguesa.	Psicologia em Pesquisa
Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre o processo de mudanças em instituições de ensino superior.	Revista Brasileira de Enfermagem
Proposta de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.	Revista Brasileira de Educação Especial

Para a análise dos artigos estabeleceu-se que deveriam ser identificados os pontos que são comuns entre as afirmações nos mesmos, as propostas para a inclusão de pessoas e estratégias para garantir uma educação igualitária.

## 5 RESULTADOS

O primeiro artigo apresentado na Tabela 1, “A língua brasileira de sinais na formação de profissionais de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia do estado da Paraíba, Brasil”, aborda o tipo de formação nesta língua que os cursos devem oferecer. De maneira geral o artigo apresenta as utilizações e vantagens de se utilizar a Libras na assistência à saúde, melhorando a comunicação entre profissional e paciente, impedindo que haja barreiras quando o paciente necessita da presença de um intérprete.

No segundo artigo, “Educação inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes”, é feito um estudo para verificar a ocorrência de alunos com deficiências nas universidades, fazer um levantamento sobre os recursos pedagógicos disponíveis para a inclusão dos mesmos, identificar as barreiras arquitetônicas e pedagógicas que dificultam a inserção dos discentes em questão, bem como as sugestões apresentadas por diferentes alunos que possam garantir a inclusão.

No terceiro artigo, “Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão”, os autores fazem uma análise a partir das entrevistas individuais da vivência dos surdos em um ambiente universitário. Muitos dos entrevistados frequentaram escolas bilíngues e se identificam com a cultura surda. Nas entrevistas fica evidente as dificuldades que estes possuem em transitar da língua de sinais para a língua portuguesa, as dificuldades de adaptação ao novo ambiente e a dificuldade em se construir, dentro de uma comunidade ouvinte, a própria identidade.

No quarto artigo, “Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior”, os autores fazem um levantamento do número de alunos que se autodeclararam deficientes e que estão em processo de inclusão no ensino superior em uma cidade mineira. Neste estudo é feita uma comparação entre os alunos que estão em universidades públicas e os que estão em universidades privadas, analisando também o espaço físico proporcionado por cada instituição, e o respaldo pedagógico oferecido.

No quinto artigo, “Inclusão no ensino superior: percepções de professores em uma universidade portuguesa”, foi feito um trabalho no qual os

autores entrevistam docentes e diretores de cursos, a fim de identificar suas percepções acerca da inclusão. Os resultados apresentam que estes profissionais são favoráveis ao processo de inclusão educativa, em relação aos fatores ideológicos e instrumentais quanto à necessidade de se utilizar recursos tecnológicos e humanos para apoiar a inclusão. Este artigo é uma exceção aos outros que tratam da realidade brasileira, porém, optou-se por utilizá-lo já que é adequado à pesquisa, referente à inclusão no ensino superior, e por possibilitar discussões que complementaram e favoreceram um melhor entendimento das questões impostas.

O sexto artigo, “Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre o processo de mudanças em instituições de ensino superior”, é uma pesquisa feita somente com o curso de enfermagem, no qual é feita uma entrevista semiestruturada com gestores de instituições de ensino superior. Como resultados, os autores identificaram uma preocupação em atender às demandas políticas de inclusão, como adequação do espaço físico e na pedagogia adotada pelos professores para atender aos estudantes. Alguns desses gestores assumem que precisam melhorar o preparo dos professores, oferecendo cursos a cada trimestre para aperfeiçoamento e capacitação.

No último artigo analisado, “Proposta de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior”, os autores fazem uma análise documental do Projeto Incluir, promovido pelo MEC, nos anos de 2005 a 2008. Procuram identificar as propostas de acessibilidade apresentadas pelas instituições federais que, em sua maioria, descrevem ações voltadas à aquisição e desenvolvimento de produtos que conscientizam a comunidade acadêmica e também à aquisição de intérpretes e capacitação de funcionários.

## **6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS**

As discussões acerca do tema apontadas nos artigos estudados indicam três eixos principais de discussão **1) Modificação do espaço físico e situação das universidades; 2) Necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e 3) A inclusão da disciplina de LIBRAS**, principalmente nos cursos da área da saúde, para capacitar os alunos a atender as pessoas com necessidades especiais. De modo geral pode-se perceber que os artigos analisados apresentam uma verificação e discussão da ementa curricular e do entendimento dos professores, e não da sua metodologia em sala de aula para desenvolver o conteúdo quando há alunos com necessidades educacionais especiais. A ementa curricular é composta por uma descrição discursiva dos conteúdos conceituais e procedimentais das disciplinas.

### **1) Modificação do espaço físico e situação das universidades**

Neste eixo são apresentadas as discussões encontradas nos artigos acerca da função social e política da inclusão, bem como os caminhos que as instituições estão estabelecendo para garantir uma formação profissional aos alunos com NEE. Destaca-se do texto que a educação inclusiva tem como principal objetivo atender aos alunos sem distinção, proporcionando uma educação igualitária, de forma a identificar as necessidades de qualquer estudante, independente de apresentar ou não deficiências, incapacidades ou demandas por adaptações curriculares, para que possa alcançar tanto o aprendizado, quando o desenvolvimento como cidadão.

Para garantir esta educação inclusiva faz-se necessário estabelecer uma política que proporcione acesso à educação, atribuindo responsabilidades aos estados e municípios em garantir este acesso, a fim de criar condições para que todas as pessoas, independente de suas diferenças, tenham direitos à educação. Um dos principais passos para a educação inclusiva é o preparo de um ambiente físico e pedagógico que seja capaz de receber estas pessoas. Além desses obstáculos do espaço físico, e também pedagógico, existem barreiras psicológicas às quais elas devem enfrentar para conseguir garantir e

criar sua identidade dentro de um espaço social e de formação (FERREIRA, 2007; GOMES, LIMA, 2006).

De acordo com o Ministério da Educação, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo condições para uma educação de qualidade. Estas ações criadas para pessoas com NEE que permitem que os cidadãos tenham consciência do direito à educação que possuem, tem mostrado um efeito positivo, pois o número de alunos matriculados na rede de ensino tem aumentado consideravelmente a cada ano.

As mudanças ocorridas no ensino básico não são condizentes, ainda, com o ensino superior, que até o momento não apresenta número mensurável quanto à matrícula de alunos com NEE em universidades particulares e públicas. Muitas das instituições educacionais de ensino superior apresentadas no estudo não possuem a quantização desses números para apresentar aos pesquisadores, cabendo a estes buscá-los nos de banco de dados nacional.

Para facilitar o acesso nas redes de ensino superior no país, os gestores precisam investir em qualificação de professores, infraestrutura adequada para ingresso, acesso e permanência e, nas diversas instituições de ensino, os dirigentes devem estar atentos a qualquer forma de atitude discriminatória. Porém, é evidente que a universidade pública não pode ser tomada como a única responsável por este processo, mas como parte integrante da prática de políticas públicas que garantam apoio financeiro às ações e iniciativas neste contexto.

Dentre os obstáculos pedagógicos apontados, alguns trabalhos apresentam que fatores como profissionais despreparados, que não aceitam ou desconhecem como lidar com o diferente, os estigmas e os preconceitos, podem contribuir de forma negativa para o processo de inclusão. Assim como estudos realizados por diversos pesquisadores sobre o acesso e a permanência do universitário com necessidades especiais demonstram que as iniciativas para proporcionar apoio psicopedagógico a esse grupo de estudantes são isoladas e insuficientes para atender a demanda nas universidades.

Em contrapartida, as universidades que ainda precisam avançar no sentido da inclusão estão se adequando no aprimoramento dos espaços físicos para atender as necessidades, visando à adequação à legislação vigente e, cumulativamente, abrangendo número ainda maior de indivíduos ao ensino superior. E o que se percebe é que os serviços educacionais ainda não se mostram completamente estruturados para acolher alunos com NEE. A integração constatada em documentos e discursos políticos ainda não tem sido priorizada nos projetos direcionados para educação.

## **2) Carências dos alunos com necessidades educacionais especiais**

Neste eixo pretende-se discutir acerca das necessidades declaradas dos alunos com NEE que estão inseridos dentro de uma universidade. Os alunos que participaram das pesquisas declararam suas necessidades a respeito das adequações necessárias nas aulas para auxiliar na aprendizagem dos conteúdos.

Como discutido anteriormente, as instituições devem aceitar estes alunos e também adequar o ambiente para promover o acesso físico e pedagógico a este público. Alguns dos recursos pedagógicos necessários e citados pelos alunos são: assistente de leitura; livros e escrita em Braille, intérprete de linguagem de sinais, aumento das letras em apresentações de slides, outros foram mencionados como tutor e instrução de funcionários, capacitação de professores, acompanhamento pedagógico. Os estudantes citaram também as barreiras arquitetônicas além das pedagógicas.

A oferta de vagas a alunos com necessidades especiais inclui algumas alterações, ou requisitos prévios, que garantam o acesso físico e pedagógico a esse público. Os projetos aprovados contêm propostas que garantem esses pontos, para que o aluno possa permanecer no ensino superior, tendo acesso a materiais adequados para seu estudo. Além de planejar a capacitação dos profissionais, alguns ainda preveem ações voltadas para o debate sobre a inclusão social, o que envolve também a comunidade na qual a instituição está inserida.

Como é discutido em alguns trabalhos, apenas a adequação de materiais como estes facilitariam o estudo e acesso dos alunos que possuem dificuldades em acompanhar as aulas da mesma forma que os outros. Indicam

também que muitos professores não sabem como lidar com alunos deficientes em sala de aula, e muitas vezes o posicionamento dos docentes tem um impacto direto na educação. As percepções dos professores podem influenciar os seus comportamentos, assim, os que possuem percepções positivas acabam desenvolvendo com mais frequência práticas pedagógicas eficazes na inclusão (ELHOWERIS & ALSHEIKH, 2006; LEATHERMAN, 2007).

Muitos professores consideram que ao garantir uma educação inclusiva no ensino superior, esta pode corrigir os efeitos negativos deixados por uma educação mais segregada. Enquanto que alguns ainda receiam que a inclusão de estudantes com NEE possa afetar negativamente o rendimento acadêmico da turma, devido ao fato de não internalizarem o verdadeiro conceito de educação inclusiva, pautando-se numa percepção conservadora que não corresponde à diversidade. Mas estudos demonstram que não há relação entre esses dois fatores.

Alguns diretores de cursos, que lidam com processos burocráticos e interações entre alunos e docentes, apontam alguns fatores relativos à instituição que auxiliam no processo de inclusão, pois sabe-se que a existência de serviços de apoio e de regulamentos específicos a esses alunos são determinantes em um resultado positivo quanto à inclusão (FERNANDES & ALMEIDA, 2007; PIRES, 2007).

Consideram também a adaptação curricular, ampliando e aperfeiçoando os mecanismos de identificação sobre as situações de ensino e aprendizagem, e as necessidades específicas no desenvolvimento pessoal ou desajustes com relação ao currículo de formação.

### **3) A inclusão da disciplina de Libras**

Neste eixo procura-se discutir acerca do tema mais abordado, que é a inclusão da Língua Brasileira de Sinais na formação de profissionais de saúde, e também durante as aulas, para que aqueles alunos que são surdos possam acompanhar o que é ensinado.

As mudanças nos cursos de graduação em saúde começaram a adquirir novas estratégias, no sentido de transformar a orientação e a organização, a partir de 2001. Tais mudanças procuram atender às necessidades conhecidas dos sistemas de saúde nacional. Para a implementação da educação inclusiva

deve-se enxergar a realidade além de limites disciplinares e conceituais do conhecimento. É preciso criar um compromisso da educação superior com a formação de profissionais competentes, críticos e reflexivos, proporcionando uma formação cidadã para que possam agir além da sua área de formação. (GONZALEZ E ALMEIDA, 2010).

As universidades públicas e privadas têm demonstrado um grande interesse em vincular como um componente curricular a Língua Brasileira de Sinais, alegando a importância de ter a formação em Libras para profissionais da saúde, pois assim podem contribuir de uma forma melhor para o desenvolvimento de relações interpessoais com os pacientes. Porém, esta, como um meio de comunicação, deve ser aprimorada a cada dia, a fim de proporcionar uma formação mais sólida (SOUZA, POZZORI, 2009).

Os cursos de licenciatura, que visam a formar professores capacitados, apresentam uma deficiência na oferta desta disciplina. Existem poucos profissionais da área de Libras que são habilitados e bem formados em Língua Portuguesa e Libras, que possam garantir uma boa formação de educadores e profissionais bilíngues (MARTINS, 2008). Tal fator é preocupante, pois as instituições também estão formando educadores, e a ausência de discussão acerca desse tema pode afetar negativamente o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais comprometidas com a realidade social, com vistas a uma prática humanizada, acolhedora e integral. Além de retardar o processo que amplia a inclusão de pessoas surdas também na área da educação.

Alguns trabalhos discutem que as ementas do componente curricular de Libras deveriam permitir uma aprendizagem significativa da língua, preocupando-se com a formação para além da sala de aula, compreendendo que não é a quantidade de conteúdos que garante uma boa formação, mas todo o conjunto de fatores pedagógicos, culturais e sociais.

As instituições devem se preocupar com o conhecimento das leis e portarias que norteiam a formação do profissional de saúde que garantem a inclusão social da comunidade surda, e o direito dos surdos a uma comunicação eficiente nos serviços de saúde. Sendo a Libras uma língua de expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, faz-se

necessário um entendimento prático de sinais do seu sistema linguístico para transmissão de ideias e fatos (BRASIL, 2002).

A oferta de intérpretes em sala de aula tem aumentado, a fim de atender os surdos que participam das aulas. Todavia, existem algumas críticas pelos alunos em relação às limitações dos intérpretes. O intérprete da língua de sinais deve ser capaz de perceber as dificuldades do aluno surdo e de descobrir caminhos e métodos para atenuá-las. Deve ser uma ponte entre o aluno, o professor e o conhecimento, que ajude a superar a diferença linguística na interação comunicativa (MARTINS, 2006).

Alguns trabalhos discutem ainda que em um ambiente onde a maioria dos alunos é ouvinte, a questão da surdez se torna mais evidente, e esta mudança se torna mais acentuada no ensino superior, em relação ao ensino básico. Com referência às interações entre ouvintes e não ouvintes, os jovens que estudaram em escola especial bilíngue tendem a se identificar profundamente com a comunidade e a cultura surdas (SKLIAR, 1999). Talvez essa relação se torne melhor entre esses jovens por compreender parte da história e cultura da comunidade surda.

Considerando-se que nem todos os estudantes passaram por escolas bilíngues no ensino básico, percebe-se que os acadêmicos surdos precisam fazer um grande esforço para se adaptar à comunidade dos ouvintes. Uma das questões mais apontadas como dificuldade é a adaptação aos materiais pedagógicos oferecidos, como os livros, onde os surdos têm que transitar entre a língua de sinais e a língua portuguesa para a leitura e a escrita. Muitos surdos possuem uma formação deficiente do ensino básico e o esforço para se adaptarem à universidade se torna maior. Estudos acerca de seu desenvolvimento revelam, consistentemente, baixos níveis de letramento e dificuldades na aprendizagem da leitura e escrita (WATSON, 1999; PADDEN, RAMSEY, 2000). Quando há intérpretes em sala de aula, muitas vezes não estão bem preparados e não conhecem todo o vocabulário da língua de sinais, e acabam confundindo os surdos, que não conseguem se decidir entre prestar atenção no professor (para leitura labial) ou no intérprete. Quanto ao material escrito, muitos surdos não estão bem letrados na linguagem portuguesa e muitas vezes têm dificuldades em entender o que se traz nos livros, por possuírem uma linguagem técnica e científica. (SAMPAIO, SANTOS, 2002).

O contexto universitário é desafiador para todos os jovens. Problemas de adaptação à vida acadêmica e às obrigações que ela impõe conduzem muitas vezes ao fracasso e ao abandono. Porém, este grupo precisa garantir seu espaço social e criar uma identidade dentro da comunidade da qual são participantes (SANTANA e BERGAMO, 2005).

Inserir-se dentro da universidade demanda garantir melhor qualidade de ensino para jovens surdos, pois estar neste ambiente pode favorecer a abertura de novos horizontes para que este quadro melhore, e que todos com deficiência tenham seu espaço conquistado. Talvez no início o percurso seja doloroso, pois tem que se sair de uma zona de conforto para um enfrentamento em um ambiente que possui diversos obstáculos.

Percebe-se também que muitos ouvintes não conhecem a cultura surda e por isso não sabem como lidar com estas pessoas, e esse 'medo' do diferente acaba dificultando as relações por não estarem abertos a descobrir esta nova cultura. Muitos professores não se sentem seguros em exercer a docência a alunos com algum tipo de deficiência, e por estarem acostumados a dar aulas pra ouvintes, apresentam dificuldades em mudar atitudes simples.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos artigos que abordam as adaptações físicas para garantir o acesso e permanência de indivíduos deficientes nas instituições, pode-se verificar que muitas universidades estão procurando sempre se adaptar, implementando rampas, elevadores e estacionamento privativo com vagas ofertadas a estes profissionais, por exemplo.

Como afirma Gomes e Lima (2006), apenas abrir os espaços para as pessoas com deficiência não garante que estes alunos estejam incluídos. É necessária uma adaptação de outros fatores, e também o rompimento de barreiras impostas psicologicamente por conviver em uma sociedade estigmatizada e segregada.

No que diz respeito aos materiais pedagógicos adaptados, as universidades vêm buscando adquirir novos recursos audiovisuais para a escrita e leitura de pessoas cegas, ou que possuem um alto grau de comprometimento da visão. Procuram também reavaliar a prática dos professores, de modo a oferecer cursos de capacitação, e maneiras de aperfeiçoamento de suas aulas para facilitar o aprendizado desses alunos que necessitam de alguns respaldos para apresentar um bom desempenho durante as aulas.

Como afirmam alguns autores (ELHOWERIS & ALSHEIKH, 2006; LEATHERMAN, 2007), as percepções dos professores podem influenciar o comportamento em relação aos deficientes. A vantagem é que os que possuem percepções positivas tendem a ter sucesso no desenvolvimento de práticas para a inclusão. Por outro lado, aqueles que possuem uma percepção negativa tendem a não promover ações visando a incluir estes alunos, prejudicando o processo de inclusão.

Fazer com que Libras seja uma disciplina integrante do currículo, promove uma formação futura de profissionais de saúde bem capacitados para situações nas quais necessitam atender à comunidade surda, porém, as instituições devem atentar-se às necessidades desses profissionais. Só a inclusão de conteúdos referentes a Libras não garante que estes tenham um bom desempenho além da universidade. É necessário promover oficinas e contato com esses pacientes para, então, formar profissionais bilíngues.

Para aqueles alunos que são surdos e participam de aulas nas quais o professor não consegue ter o domínio das duas línguas (fala e sinais) ao mesmo tempo, são oferecidos intérpretes da língua de sinais, que se não bem letrados acabam prejudicando o desenvolvimento destes alunos ao longo do curso.

A pesquisa acerca da educação inclusiva nos cursos de formação de profissionais da saúde, e também às práticas destes para atender à sociedade, ainda possui um número muito restrito de materiais para pesquisa. Encontram-se conteúdos teórico-científico em grande volume na área da educação, porém sem especificidade. A partir deste trabalho, pode-se perceber as principais discussões desenvolvidas quanto ao tema educação inclusiva, e a necessidade de novas pesquisas e aprofundamento na área.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, A.P.; FARIA, C.P.; RODRIGUES, S.E., ALMEIDA, L.S. Inclusão no Ensino Superior: Percepções de Professores em uma Universidade Portuguesa. **Psicologia em Pesquisa | UFJF**. v. 7, n. 2, p. 140-150, 2013

ARMSTRONG, D.; BORTZ, P. An integrative review of pressure relief in surgical patients. **AORN J**. 2001.

BISOL, C.A.; VALENTINI, C.B.; SIMIONI, J.L.; ZANCHIN, J. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**. v. 40, n. 139, p.147-172, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nova LDB (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial, 1994.

DUARTE, E.R.; RAFAEL, C.B.; FILGUEIRAS, J.F.; NEVES, C.M; FERREIRA, M.E.C. Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n.2, p. 289-300, 2013.

ELHOWERIS, A., & ALSHEIKH, N. Teachers' attitudes toward inclusion. **International Journal of Special Education**, 2006.

FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. M. P.; MANTOAN, M. T. E. **Atendimento educacional especializado**: aspectos legais e orientações pedagógicas. São Paulo: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

FARO, A.C.M.; GUSMAI, L.F. Educação Inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 47, n. 1 p. 229-34, 2013.

FERNANDES J.D.; ALMEIDA FILHO, N.; SANTA ROSA, D.O.; PONTES, M.; SANTANA, N. Ensinar saúde/enfermagem numa nova proposta de reestruturação acadêmica. **Rev Esc Enferm USP**, 2007.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.13, n.1, p. 43-60. 2007.

GOMES, M. F. C.; LIMA, P. A. L. Inclusão e exclusão: a dupla face da modernidade. In: **Seminário Internacional Sociedade Inclusiva**. v. 4. 2006.

GONZALEZ, A.D.; ALMEIDA, M.J. Integralidade da saúde: norteando mudanças na graduação dos novos profissionais. **Cienc. Saude Colet.**, 2010.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. **Esclarecendo as deficiências**: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

LEATHERMAN, J. "I just see all children as children": Teachers' perception about inclusion. **The Qualitative Report**, 2007.

MARTINS, V. R. O. Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior. **Educação Temática Digital**, Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_. Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino Superior. **Rev. Cad. CEOM**, 2008.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidência na saúde e na enfermagem. **Texto e Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, 2008.

OLIVEIRA, Y. C. A.; COSTA, G.M.C.; CARTAXO, R. O.; FRANÇA, I.S.X. A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia no estado da Paraíba, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.16, n.43, p.995-1008, 2012.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 27, p. 151-169, 2006.

PADDEN, C.; RAMSEY, C. American sign language and reading ability in deaf children. In: CHAMBERLAINE, C.; MORFORD, J. P.; MAYBERRY, R. I. **Language acquisition by eye**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2000.

PEREIRA, F.J.R.; SANTOS, S.R.; SILVA, C.C. Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em Instituições de Ensino Superior. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 64, n. 4, p. 711-716, 2011.

PIRES, L. A.. **A caminho de um ensino superior inclusivo? A experiência e percepções dos estudantes com deficiência**: *Estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa, 2007.

POLIT, D.F.; BECK, C.T. Using research in evidence-based nursing practice. *Essentials of nursing research. Methods, appraisal and utilization*. Philadelphia (USA): Lippincott Williams & Wilkins; 2006.

RAMALHO, M. N.; CARNEIRO, M. A. B. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Estadual da Paraíba: aspectos dessa experiência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, ano 9, n 18, p. 10-116. 2008.

SACRISTÁN, J.G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMPAIO, I. S.; SANTOS, A. A. Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 2002.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, 2005.

SIQUEIRA, I.M.; SANTANA, C.S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.16, n.1, p.127-136, 2010.

SKLIAR, C. Apresentação: a localização política da educação bilíngue para surdos. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOUZA, M.T.; PORROZZI, R. Ensino de libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente. **Rev. Práxis**, 2009.

WATSON, L. M. Literacy and deafness: the challenge continues. **Deafness and Education International**, Chichester, 1999.